SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO **1**
1. O Estado e a Necessidade de Obtenção de Receita 1
2. Receitas Públicas 2
3. Poder de Tributar 3
4. Direito Tributário 3

CAPÍTULO 2 TRIBUTO **5**
1. Conceito 5
2. Espécies 10
   2.1. Imposto 12
   2.2. Taxa 18
   2.3. Contribuição de Melhoria 21
   2.4. Empréstimo Compulsório 25
      2.4.1. Conceito e natureza jurídica 26
      2.4.2. Regramento constitucional 27
      2.4.3. Prazo 30
      2.4.4. Regime de anterioridade 30
      2.4.5. Restituição 31
      2.4.6. Fato gerador 33
   2.5. Contribuições Especiais 34
      2.5.1. Contribuições sociais financiadoras da seguridade social ... 34
      2.5.2. Contribuições sociais gerais 35
      2.5.3. Contribuições de intervenção no domínio econômico 35
      2.5.4. Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas 36
      2.5.5. Contribuição de iluminação pública 36

CAPÍTULO 3 SISTEMA TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL **37**
1. Apresentação 37
2. Discriminação Constitucional de Rendas 38
   2.1. Competência Tributária 39
      2.1.1. Capacidade tributária ativa. Delegação 41

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2. Repartição de Receitas Tributárias 43
3. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar 44
3.1. Apresentação 44
3.2. Conceito 45
3.3. Princípio da Legalidade 46
3.3.1. Exceções ao princípio da legalidade tributária 50
3.3.2. Medida Provisória 52
3.4. Princípio da Isonomia ou Igualdade 53
3.4.1. Princípio da uniformidade geográfica de tributo federal 55
3.4.2. Princípio da uniformidade da tributação da renda das obrigações da dívida pública dos entes da federação e dos agentes públicos 56
3.4.3. Princípio da uniformidade de tributos estaduais e municipais sobre bens e serviços, independentemente de sua procedência ou destino 56
3.5. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária 57
3.6. Princípio da Anterioridade da Lei Tributária 59
3.6.1. Espécies de anterioridade 61
3.6.2. Exceções 67
3.6.3. Esboço 68
3.6.4. Medida Provisória e Anterioridade 70
3.7. Princípio da Vedação de Confisco 75
3.8. Princípio da Liberdade de Tráfego 77
3.9. Princípio da Capacidade Contributiva 78
3.10. Princípio da Vedação de Isenção Heterônoma 82
3.11. Imunidades Tributárias Genéricas 84
3.11.1. Imunidade recíproca 85
3.11.1.1. Extensão da imunidade recíproca a outras entidades 87
3.11.1.2. Exceções à cláusula da imunidade recíproca 88
3.11.2. Imunidade dos templos 89
3.11.3. Imunidade de partidos políticos (e fundações), entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos 92
3.11.3.1. Partidos políticos 92
3.11.3.2. Entidades sindicais de trabalhadores 93
3.11.3.3. Instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos 94
3.11.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão 99
3.12. Imunidades Específicas 103

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.12.1. Quanto ao IPI 103
3.12.2. Quanto ao ITR 103
3.12.3. Quanto ao IR 105
3.12.4. Quanto ao ICMS 106
3.12.5. Quanto ao ITBI 108
3.12.6. Quanto às taxas 110
3.12.7. Quanto às contribuições para a seguridade social 111
3.12.8. Quanto às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico 113
3.12.9. Imunidade de repartições consulares e diplomáticas 114
4. A Lei Complementar Tributária 116
4.1. Lei Complementar. Conceito e Posição Hierárquica 116
4.2. Lei Complementar no Sistema Tributário Nacional 118

CAPÍTULO 4 NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO 123
1. Legislação Tributária 123
1.1. Conceito 123
1.2. Lei 123
1.3. Tratados e Convenções Internacionais 124
1.4. Decretos 127
1.5. Normas Complementares 127
1.6. Vigência da Legislação Tributária 128
1.7. Aplicação da Legislação Tributária 128
1.8. Interpretação e Integração da Legislação Tributaria 133
1.8.1. Interpretação. Conceito, classificação e métodos 133
1.8.2. Diretrizes sobre a interpretação da legislação tributária constantes do CTN 136
1.8.3. Integração no direito tributário. Formas. Correção 137
2. Obrigação Tributária 141
2.1. Obrigação Tributária Principal. Conceito 141
2.2. Obrigação Tributária Acessória. Conceito. Efeito do Descumprimento 143
2.3. Fato Gerador. Conceito 144
2.3.1. Aspectos do fato gerador da obrigação principal 144
2.3.1.1. Aspecto material 145
2.3.1.2. Aspecto temporal 145
2.3.1.3. Aspecto espacial 148
2.3.1.4. Aspecto quantitativo 148
2.3.1.4.1. Base de cálculo 149
2.3.1.4.2. Alíquota 149
2.3.1.5. Aspecto pessoal 151

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.2. Evasão, Elisão e Sonegação 151
2.3.2.1. A Elisão e seu combate pelo fisco 153
2.3.2.2. A disposição *antielisiva* do CTN 156
2.4. Sujeito Ativo da Obrigação Tributária 158
2.5. Sujeito Passivo da Obrigação Tributária 161
2.5.1. Obrigação principal. Contribuinte e Responsável 162
2.5.2. Sujeito passivo da obrigação acessória 163
2.5.3. Convenções particulares 164
2.5.4. Solidariedade passiva 164
2.5.4.1. Benefício de ordem 165
2.5.4.2. Efeitos da solidariedade. Coisa julgada 165
2.5.5. Capacidade tributária passiva 168
2.5.6. Domicílio tributário 168
2.5.7. Responsabilidade tributária 169
2.5.7.1. Substituição tributária para trás e para frente. Exemplos 170
2.5.7.2. Responsabilidade dos sucessores 173
2.5.7.2.1. Responsabilidade dos sucessores por multas 176
2.5.7.3. Responsabilidade de terceiros por culpa 177
2.5.7.4. Responsabilidade de terceiros por dolo 178
2.5.7.4.1. Responsabilidade de administrador de sociedade limitada 179
2.5.7.4.2. Responsabilidade de terceiros por multas. Multas moratórias e punitivas 182
2.5.7.5. Responsabilidade por infrações 182
2.5.7.5.1. Denúncia espontânea 184
2.5.7.5.1.1. Denúncia espontânea, lançamento por homologação e débito declarado pelo sujeito passivo 184
2.5.7.5.1.2. Denúncia espontânea e parcelamento 186
2.5.7.5.1.3. Denúncia espontânea e obrigações acessórias 186
3. Crédito Tributário 187
3.1. Lançamento 188
3.1.1. Eficácia do lançamento 189
3.1.2. Revisão do lançamento 190
3.1.3. Fases do lançamento 191

3.1.4. Competência para realizar o lançamento 192
3.1.5. Modalidades de lançamento 193
3.1.5.1. Lançamento por declaração 193
3.1.5.1.1. Retificação da declaração 194
3.1.5.1.2. Ausência de declaração 194
3.1.5.2. Lançamento por homologação 194
3.1.5.2.1. Lançamento por homologação e imposição de declaração ("lançamento misto") 196
3.1.5.2.2. Homologação expressa e homologação tácita 196
3.1.5.2.3. Prazo. Ausência de pagamento. Dolo, fraude ou simulação 197
3.1.5.2.4. Alteração do prazo via lei ordinária 198
3.1.5.3. Lançamento direto (de ofício) 199
3.1.5.4. Arbitramento 199
3.2. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Efeitos 200
3.2.1. Moratória 201
3.2.2. Depósito do montante integral 203
3.2.3. Reclamações e recursos administrativos 209
3.2.4. Liminar em mandado de segurança 210
3.2.4.1. Liminar, lançamento e decadência 211
3.2.4.2. Caducidade da liminar. Efeitos 212
3.2.4.3. Suspensão da execução da liminar 214
3.2.5. Liminar e antecipação de tutela em outra ações judiciais 216
3.2.6. Parcelamento 219
3.2.6.1. Parcelamento e recuperação judicial 219
3.3. Extinção do Crédito Tributário. Natureza do Rol do art. 156 do CTN 221
3.3.1. Pagamento 222
3.3.1.1. Pagamento indevido e repetição 225
3.3.1.1.1. Legitimidade para repetir o indébito tributário 226
3.3.1.1.2. Legitimidade passiva para a repetitória 229
3.3.1.1.3. Correção monetária 230
3.3.1.1.4. Multa e juros 231
3.3.1.1.5. Prazo 233
3.3.1.1.6. Aspectos processuais da repetição em juízo 237
3.3.2. Compensação 239
3.3.3. Transação 242

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3.4. Remissão 242
3.3.5. Decadência e prescrição 244
3.3.5.1. Decadência tributária. Aspectos gerais 245
3.3.5.1.1. Termo inicial 246
3.3.5.1.2. Reabertura do prazo 247
3.3.5.1.3. Momento em que se considera constituído o crédito tributário 247
3.3.5.1.4. Decadência e tributo sujeito a lançamento por homologação. Débito declarado. Depósito judicial 248
3.3.5.1.5. Liminar, lançamento e decadência 250
3.3.5.2. Prescrição tributária. Aspectos gerais 251
3.3.5.2.1. Termo inicial 252
3.3.5.2.2. Interrupção do prazo 253
3.3.5.2.2.1. Despacho judicial que determina a citação do executado 253
3.3.5.2.2.2. Protesto judicial 255
3.3.5.2.2.3. Ato judicial que constitua em mora o devedor 255
3.3.5.2.2.4. Reconhecimento do débito 256
3.3.5.2.3. Suspensão do prazo 256
3.3.5.2.4. Reconhecimento judicial da prescrição em execução fiscal 257
3.3.5.2.4.1. Prescrição tributária intercorrente 258
3.3.6. Conversão do depósito em renda 260
3.3.7. Sentença de procedência em ação de consignação movida pelo sujeito passivo 262
3.3.7.1. Objeto e cabimento da consignatória 262
3.3.7.2. Rito 264
3.3.7.3. Legitimidade e competência 265
3.3.7.4. Consignatória, depósito e execução fiscal 266
3.3.7.5. Efeitos da sentença 266
3.3.8. Pagamento antecipado e homologação 267
3.3.9. Decisão administrativa irreformável 268
3.3.10. Decisão judicial passada em julgado 269
3.3.11. Dação em pagamento em bens imóveis 269
3.4. Exclusão do Crédito Tributário 269
3.4.1. Isenção 270

3.4.2. Anistia 273
3.5. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Generalidades 274
3.5.1. Garantia do crédito tributário através de penhora em execução fiscal 274
3.5.1.1. Impenhorabilidade absoluta 275
3.5.2. Fraude à execução fiscal 277
3.5.3. Indisponibilidade de bens e penhora *on-line* 280
3.5.4. Preferência do crédito tributário 283
3.5.4.1. Crédito tributário e falência 284
3.5.5. Insubmissão da Fazenda Pública a concurso de credores. Inviabilidade de requerimento de falência ou habilitação de crédito tributário em processo falimentar 287
3.5.5.1. Concurso de preferências entre as Fazendas 288
3.5.6. Prova de quitação tributária 290
4. Administração Tributária 293
4.1. Fiscalização Tributária 293
4.2. Dívida Ativa. Conceito. Inscrição e Efeito 296
4.2.1. Requisitos do termo de inscrição. Nulidades. Substituição ou emenda do título no curso do processo de cobrança 298
4.2.2. Cobrança indireta de tributos. Sanções políticas. Protesto da certidão de dívida ativa. Exigência de certidão negativa de tributos como condição para o levantamento de depósitos de precatórios 300
4.2.3. Cessão da atividade de cobrança da dívida ativa a entidades privadas 302
4.2.4. Presunção de liquidez e certeza da dívida ativa 304
4.2.4.1. Fluência de juros, pagamento parcial e presunção de liquidez 304
4.2.4.2. Presunção de certeza, revelia e ônus da prova 305
4.3. Certidão Negativa 306
4.3.1. Certidão positiva com efeitos de negativa 307
4.3.2. Dispensa de certidão. Erro e dano ao erário 309

CAPÍTULO 5 IMPOSTOS MUNICIPAIS 311
1. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU 311
1.1. Previsão, Competência, Regramento e Função 311
1.2. Fato Gerador e Sujeição Passiva 311
1.3. Base de Cálculo e Alíquota 315
1.3.1. Progressividade no tempo, para adequar a propriedade à sua função social 316
1.3.2. Progressividade em razão do valor do imóvel 318

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.3.3. Seletividade 318
1.4. Lançamento 319
1.5. Regime de Anterioridade 319
1.6. Imunidades Aplicáveis 320
2. Imposto Sobre Transmissão *inter vivos*, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, Por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, Bem Como Cessão de Direitos a Sua Aquisição – ITBI 322
2.1. Previsão e Competência 322
2.2. Regras Gerais e Função 322
2.3. Fato Gerador. Núcleo 322
2.3.1. Fato gerador. Consumação 325
2.4. Sujeição Passiva 326
2.5. Base de Cálculo 326
2.6. Alíquota 327
2.7. Lançamento 328
2.8. Regras de Imunidade Aplicáveis 328
2.9. Regime de Anterioridade 330
3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS 331
3.1. Previsão Constitucional 331
3.2. Normas Gerais e Função 331
3.3. Competência 331
3.4. Fato Gerador. Núcleo 332
3.4.1. Julgados relevantes atinentes à incidência do ISS 335
3.5. Fato Gerador. Consumação 340
3.6. Sujeição Passiva 341
3.7. Base de Cálculo 341
3.8. Alíquota 342
3.9. Lançamento 343
3.10. Imunidades Aplicáveis 343
3.11. Regime de Anterioridade 344

CAPÍTULO 6 IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 345

1. Imposto Sobre Transmissão *causa mortis* e por Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITD ou ITCMD 345
1.1. Previsão, Regramento e Função 345
1.2. Transmissão *causa mortis*. Fato Gerador. Núcleo e Consumação 346
1.3. Transmissão Por Doação. Fato Gerador. Núcleo e Consumação 347

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.4. Competência 349
1.5. Sujeição Passiva 350
1.6. Base de Cálculo 350
1.7. Alíquota 351
1.8. Lançamento e Pagamento 352
1.9. Imunidades Aplicáveis 353
1.10. Regime de Anterioridade 354
2. Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS 354
2.1. Previsão, Regramento, Repartição de Receita e Função 354
2.2. Fato Gerador 354
2.2.1. Operações relativas à circulação de mercadorias 355
2.2.2. Importação de bens 359
2.2.3. Serviços de transporte interestadual ou intermunicipal 360
2.2.4. Serviços de comunicação 361
2.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador 362
2.4. Local de Ocorrência do Fato Gerador 364
2.5. Base de Cálculo 366
2.6. Não Cumulatividade 367
2.7. Alíquotas 371
2.7.1. Alíquotas nas operações internas e importações 372
2.7.2. Alíquotas nas operações e prestações interestaduais 373
2.7.3. Alíquotas nas operações com combustíveis e lubrificantes ...373
2.7.4. Seletividade 374
2.7.5. Adicional para custeio de fundo de combate à pobreza 375
2.8. Sujeição Ativa 375
2.9. Sujeição Passiva 375
2.10. Isenções, Incentivos e Benefícios Fiscais 379
2.11. Imunidades Aplicáveis 381
2.12. Regime de Anterioridade 385
2.13. Lançamento 385
3. Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA 385
3.1. Previsão, Função, Regramento Geral e Repartição de Receita 385
3.2. Fato Gerador. Núcleo e Consumação 386
3.3. Base de Cálculo 387
3.4. Alíquota 388
3.5. Sujeito Passivo 388
3.6. Lançamento 389

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.7. Regime de Anterioridade Aplicável 389
3.8. Imunidades Aplicáveis 389

CAPÍTULO 7 IMPOSTOS FEDERAIS 391
1. Imposto Sobre Importação de Produtos Estrangeiros – II 391
1.1. Previsão, Regramento e Função 391
1.2. Núcleo do Fato Gerador 391
1.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador 392
1.4. Base de Cálculo e Alíquota 393
1.4.1. Alteração de alíquotas por ato do executivo 395
1.5. Sujeição Passiva 397
1.6. Isenções, Reduções e Regimes Aduaneiros Especiais 398
1.6.1. Drawback (DL nº 37, art. 78) 398
1.6.2. Admissão temporária (DL nº 37, art. 75) 399
1.6.3. Entreposto aduaneiro (DL nº 1.455/76, arts. 9º e seguintes) 399
1.6.4. Trânsito aduaneiro (DL nº 37, art. 73) 400
1.6.5. Loja franca (DL nº 1.455/76, art. 15) 400
1.7. Lançamento 401
1.8. Regime de Anterioridade 401
1.9. Imunidades Aplicáveis 401
2. Imposto Sobre Exportação, Para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados – IE 402
2.1. Previsão, Regramento e Função 402
2.2. Núcleo do Fato Gerador 403
2.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador 403
2.4. Alíquotas e Bases de Cálculo 404
2.5. Sujeição Passiva 406
2.6. Lançamento 406
2.7. Regime de Anterioridade 406
2.8. Imunidades Aplicáveis 406
3. Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR 407
3.1. Previsão, Regramento, Repartição de Receita e Função 407
3.2. Núcleo do Fato Gerador 407
3.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador 415
3.4. Isenções 417
3.4.1. Moléstia grave 418
3.4.2. Bolsa de estudo 419
3.4.3. Indenização a anistiados 419
3.5. Critérios Constitucionais do Imposto 420

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6. Base de Cálculo 421
3.7. Alíquotas 424
3.8. Sujeição Ativa 425
3.9. Sujeição Passiva 426
3.10. Lançamento 427
3.11. Imunidades Aplicáveis 428
3.12. Regime de Anterioridade 429
4. Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI 429
4.1. Previsão, Regramento, Repartição de Receita e Função 429
4.2. Núcleo do Fato Gerador e Momento de sua Ocorrência 430
4.3. Imunidades Aplicáveis 435
4.4. Base de Cálculo 436
4.4.1. Selo especial 437
4.5. Alíquotas 439
4.6. Não Cumulatividade 440
4.7. Sujeição Passiva 445
4.8. Isenções 446
4.9. Legitimidade Para Repetir o Indébito 446
4.10. Lançamento 447
4.11. Regime de Anterioridade 447
5. Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF 448
5.1. Previsão, Regramento e Função 448
5.2. Fato Gerador. Núcleo e Momento de Ocorrência 448
5.2.1. Operações de crédito 448
5.2.2. Operações de câmbio 452
5.2.3. Operações de seguro 452
5.2.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 454
5.2.5. Ouro 455
5.3. Bases de Cálculo e Alíquotas 456
5.3.1 Operações de crédito 457
5.3.2. Operações de câmbio 458
5.3.3. Operações de seguro 458
5.3.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 459
5.3.5. Ouro 459
5.4. Sujeição Ativa e Passiva 460
5.4.1. Operações de crédito 460
5.4.2. Operações de câmbio 460
5.4.3. Operações de seguro 461
5.4.4. Operações relativas a títulos ou valores mobiliários 461

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.4.5. Ouro 462
5.5. Lançamento, Cobrança e Pagamento 462
5.6. Imunidades Aplicáveis 463
5.7. Regime de Anterioridade 464
5.8. Repetição do Indébito 464
6. Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR 464
6.1. Previsão, Regramento, Repartição de Receita e Função 464
6.2. Núcleo do Fato Gerador e Momento de Ocorrência 465
6.3. Base de Cálculo 469
6.4. Alíquotas 470
6.5. Sujeição Passiva 471
6.5.1. Legitimidade para repetir indébito 472
6.5.2. Domicílio Tributário 472
6.6. Sujeição Ativa 472
6.6.1. Delegação de capacidade Tributária ativa a Município 473
6.7. Imunidades Aplicáveis 474
6.8. Lançamento 476
6.9. Regime de Anterioridade 476
6.10. Isenções 477

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 479

ÍNDICE REMISSIVO 489

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br